



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº768

Feito : Processo Nº1544/93-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA

Assunto: Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Prestação de Serviços Nº003/92, firmado entre a Empresa de Processamento de Dados do Acre - ACREDATA e Azevedo Auditores e Consultores Associados.

Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa Nº003/92 - considera-
do regular, com ressalvas.

Notificação do Ordenador de Despesas.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº1544/93, acima in-
dicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maio-
ria, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, para
considerar regular, com ressalvas os termos e as despesas do Aditivo ao Contrato,
em exame, **notificada** a origem, na pessoa de seus Ordenadores de Despesas e, pelo
arquivamento do processo. Vencido, o Conselheiro José Eugênio de Leão Braga, que
votou pela irregularidade do contrato, seu termo aditivo e as despesas decopren-
tes.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 25 de agosto de 1994.

Isnard
Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Presidente do TCE/ACRE

Alino
Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA
Relator

Fui presente:

Fernando
FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6376
de 27/09/1999.

[Assinatura]
Presidente do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 1.544/93

RELATOR : CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Prestação de Serviços nº 003/92, firmado entre a Empresa de Processamento de Dados do Acre S/A - ACREDATA e Azevedo Auditores e Consultores Associados.

RELATÓRIO:

Através do OF.ACT.Dipre nº 027, de 09 de março de 1993, foi encaminhado a esta Corte de Contas o Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa de nº 003/92 que entre si celebraram, de um lado a ACREDATA e de outro a Azevedo Auditores e Consultores Associados, cujo objeto constitui a execução de serviços de auditoria externa nos registros contábeis.

A análise do Termo Aditivo coube à 3ª IGCE que apresentou Relatório de fls. 10/15, onde aponta as irregularidades seguintes:

- I - falta de processo licitatório;
- II - não há prova da publicação do extrato do Termo Aditivo;
- III- ausência da Nota de Empenho;
- IV - ausência de autorização de pagamento;
- V - falta de assinatura de testemunhas;
- VI - o número do instrumento principal cedido pela administração não corresponde ao aludido no preâmbulo do Termo Aditivo.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 25 de agosto de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(PROCESSO: 1.544/93)

CONCLUSÃO E VOTO:


A bem da verdade, se por um lado o presente aditamento obedece aos princípios da legalidade e da economicidade, por outro lado despreza os ditames que regem a matéria - Decreto-lei nº 2.300/86 e Resolução TCE-AC nº 11/91.

Inexiste o Contrato e consequentemente o Termo Aditivo, por não ter havido licitação, sem eficácia alguma, por não ter sido publicado o seu extrato no Diário Oficial.

Diante do exposto e tendo que considerar serem os mesmos pretéritos e não se ter constatado prejuízos para os cofres públicos; considerando, ainda, a opinião do Ministério Público Especial e o exame procedido pelo Relator, VOTO no sentido de que esta Corte de Contas considere o Termo Aditivo e as despesas dele decorrentes como **Regulares com Reservas**, notificando os Ordenadores de Despesas da Empresa e, após, pelo arquivamento do feito.

É como VOTO.

Rio Branco-AC, 25 de agosto de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator